

PARA ALÉM DAS OLIGARQUIAS: NOVOS SUJEITOS NA POLÍTICA DE SERRA BRANCA A PARTIR DOS ANOS DE 1980

Paulo Giovani Antonino Nunes¹

Este texto, fruto de uma pesquisa coletiva intitulada, “Projeto de resgate do processo histórico e cultura do município de Serra Branca: História local e ensino de História” busca verificar o surgimento de “novos sujeitos” na política local no início dos anos de 1980, que levaram a mudanças de práticas e ações coletivas e desembocaram na ascensão de forças de esquerda como um “sujeito” importante no cenário político, cultura e social do município, inclusive conquistando em meados do anos 2000 a Prefeitura Municipal. Também ira fazer um rápido resgate do contexto político e social do Brasil e especificamente da Paraíba no período abordado.

A transição brasileira para a democracia foi bastante longa. Começou no final de 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel, e outros militares que se identificavam com o antigo Presidente Castelo Branco, entre eles, o general Golbery do Couto e Silva, de dar início à liberalização gradual do regime e só terminou com o início do governo civil do Presidente José Sarney em 1985.

A “política de distensão”, promovida pelo governo Geisel, foi um programa de medidas liberalizantes, cuidadosamente controladas, e definido no contexto do “slogan” oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” era vista no sentido de que se deveria manter fiel às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento adotado e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional,² preservando, assim, os principais aspectos do aparato repressivo. Quanto à tese da “sem imobilidade” referia-se ao plano governamental de reformas que pretendia ser um passo à frente na liberalização progressiva, para uma volta à democracia.

Dando prosseguimento à política de “distensão” iniciada no governo Geisel, o seu substituto João Batista de Figueiredo adotou a política de “abertura”. O seu governo ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da “democracia forte” estabelecida por Geisel. Tanto a política de “distensão” com a de

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Século XX (GEPHiS20).

² Sobre as origens, desenvolvimento e conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento formulada pela Forças Armadas brasileiras e a tentativa de sua institucionalização após o golpe militar de 1964, Ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

“abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Regime Militar. Foi aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de se obter maior estabilidade e apoio ao Regime, ao mesmo tempo, que era limitada a participação de setores da população que pudessem fazer uma oposição de caráter classista ao regime. Dessa forma, grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses enfrentaram repressão, enquanto grupos que não eram considerados suficientemente organizados para configurar antagonismo ou pressão puderam reorganizar-se e participar das decisões governamentais (ALVES, 1989, p.225).

No caso específico do estado da Paraíba, a candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao governo em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964, com o golpe político-militar, no Estado, e chegou a ter uma certa repercussão a nível nacional. Esta candidatura foi fruto dos desentendimentos ocorridos a partir do chamado “Acordo de Brasília”. Este acordo celebrava a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa. Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado, pela via direta, Ernani Sátiro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras do Partido como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral e o deputado federal Wilson Braga. Quanto aos primeiros, alegava-se que não tinham densidade eleitoral. Com relação a Braga, pairava contra ele a acusação de ter-se aliado, juntamente com os deputados federais da Paraíba, Teotônio Neto e Maurício Leite, ao grupo de parlamentares articulador da candidatura do General Silvío Frota à Presidência da República.

O governador Ivan Bichara não aceitou o acordo e começou a trabalhar pela candidatura do senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo procurava inviabilizar a candidatura de Mariz. Um relatório tentando relacionar o deputado Antônio Mariz com os políticos cassados pelo regime militar de 1964 foi enviado para o Presidente da República, João Batista de Figueiredo, pela ARENA da Paraíba. Diz o documento, sobre Mariz:

Fora de dúvida que o deputado federal Antônio Mariz, pelo seu passado de ativista e pela sua formação marxista (foi secretário geral da UNE) não tem

condições para ajustar-se aos ideais revolucionário de 1964, como tem demonstrado nas suas manifestações públicas, na sua atuação no Congresso Nacional, nas suas amizades e nos atos praticados nos cargos que chegou a ocupar.

Não obstante ter sido poupado pela revolução, até hoje, tem mantido perfeita coerência com o seu passado, jamais tendo qualquer palavra de apoio ao movimento de 1964 ou simpatia à causa revolucionária (apud MACHADO, 1978, p. 45).

Bichara não conseguiu emplacar a candidatura do senador Milton Cabral para governador, junto aos militares, todavia conseguiu vetar a candidatura do deputado federal Antônio Mariz e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio de Miranda Burity para o cargo de governador, ficando Milton Cabral com a vaga de candidato a senador biônico. Porém, Mariz não aceitou passivamente a sua preterição como candidato da Arena ao governo do Estado, e, ao retornar a Paraíba, fez um discurso na Praça João Pessoa, para um grande contingente de pessoas, criticando todo o processo de escolha e o próprio regime.

Mariz ao não aceitar a decisão tomada em Brasília decidiu registrar sua candidatura a governador. Tinha-se dessa forma, duas candidaturas ao governo do Estado da Paraíba, dentro da Arena. Assim, referiu-se um repórter da revista **Isto É** sobre a eleição da Paraíba: “a Paraíba está preparada para assistir [...] à mais agitada de todas as convenções arenistas do país, já que uma vitória de Mariz terá o impacto de um pé-de-cabra forçando a porta do sistema. E talvez disparando o alarme do AI-5” (apud MACHADO, 1978, p. 120).

Na convenção, dos 286 convencionais aptos para votar, compareceram e votaram 281. Tarcísio Burity teve 152 votos e Antônio Mariz 124. Três votaram em branco e dois nulos. Para senador biônico, Milton Cabral derrotou o ex-Governador Ernani Sátiro por 162 votos a 111. Cinco votaram em branco e três nulos. Este processo terminou por desencadear um processo de divisão no partido do governo o que contribuiu para a vitória do MDB para o senado no ano de 1978.

No campo social, neste período de “abertura política”, há retorno de alguns movimentos, principalmente de conflitos pela terra. Entre os principais, estão os das fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim,³ e um incipiente movimento sindical combativo, influenciado pelos acontecimentos do ABC e pelo trabalho de base da Igreja Católica.

³ Para um levantamento minucioso dos conflitos de terra da Paraíba, do final da década de 1970 a segunda metade da década de 1990. Ver. MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa:

O Estado da Paraíba, como outros estados brasileiros, sofreu um processo concentracionista da terra, que se deu de forma brutal e violenta, com a expulsão de suas terras dos pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe militar de 1964, com a desmobilização dos trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro deste processo acelerado de concentração de terra e do processo de distensão política do regime militar que se dá a luta dos camponeses por sua permanência na terra.

Quanto à questão sindical, quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria - com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo - como podemos constatar nesta entrevista de Edvan Silva dirigente sindical, representante da corrente dos “combativos”, a Secretaria de Formação da CUT/PB: “...então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita [...] justamente tudo ligado e a trabalho” (apud NUNES, p. 295).

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater este sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades onde as oposições ligadas ao “novo sindicalismo” ganharam as direções, foram a AMPEP e do Sindicato dos Têxteis.

Na Paraíba, apenas estas duas organizações sindicais urbanas participaram do processo de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em julho de 1984, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais. O Congresso de Fundação da CUT/Pb foi realizado no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, com a participação de 123 delegados, representando entidades urbanas e rurais.

A Igreja Católica vai ter uma participação importante nestes movimentos, tanto nos conflitos rurais como na organização das oposições sindicais. Ela atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como o Centro de Defesa dos Direitos

UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997. Para uma análise específica do conflito de Alagamar. Ver. CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, estado e conflito** - Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985 e GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O capitalismo selvagem e o conflito da grande Alagamar. João Pessoa: **Cadernos de Estudos Regionais**, UFPB/NDIHR, 1981.

Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), no campo; e Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Operária, etc., na zona urbana. A Pastoral Operária foi a principal responsável pela organização das primeiras comemorações do 1º de maio em João Pessoa, durante o regime militar. Inicialmente, de 1976 a 1978, tais comemorações se faziam em ambientes fechados e contando, sobretudo, com participantes dos grupos de trabalhadores organizados pela referida Pastoral em alguns bairros da cidade. A partir de 1979, a Pastoral Operária se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas.

Mas outras entidades, sem vínculo com a Igreja, também se farão presentes na luta pela reorganização dos movimentos sindical e popular, nesta conjuntura de transição do regime militar. Na área universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis, o que culminou com a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em Salvador. Na Paraíba as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luis consistiram num impulso importante. No setor docente, foi criada em 1978 a Associação Docente.

Também surgirá neste período o Movimento Feminista pela Anistia (MFA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. O referido Movimento, juntamente com a seção paraibana do jornal **O Trabalho**, se destacará pela luta de libertação dos presos de Itamaracá, onde se encontravam alguns paraibanos. Em seguida, esse papel será desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, que será criado na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher.

A primeira manifestação política pública, do campo da esquerda, no Estado da Paraíba foi uma procissão organizada com o apoio da Arquidiocese da Paraíba, em

1978, pela libertação do preso político Cajá⁴, que contou inclusive com a participação do Arcebispo Dom José Maria Pires.

Com menos intensidade os ventos de mudança também chegaram a Serra Branca, município situado na região geográfica denominada de “Cariris da Paraíba”, especificamente na Micro-região dos Cariris Velhos. Encontra-se portanto dentro do semi-árido paraibano, área marcada por inverno bastante irregulares e de bases econômicas e sociedade civil bastante frágeis.

A política na cidade de Serra Branca, localizada no cariri do estado da Paraíba foi desde o início do período republicano no Brasil, dominada por duas oligarquias: “os Britos” e “os Gaudêncio”⁵, fato que continuou mesmo após sua emancipação da cidade de São do Cariri em 1959. A partir deste fato o grupo “Gaudêncio” foi sempre hegemônico no município.

Com o golpe civil-militar de 1964 houve a adesão dos referidos grupos políticos ao regime militar que iria se instalar no Brasil. Depois do Ato Institucional N° 2, que extinguiu os partidos políticos formados no pós 1945 e instalou o bipartidarismo no país, com a formação da Aliança Nacional Reformadora (ARENA), partido de situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, estes grupos ficaram ambos no partido da situação, os “Gaudêncios” na Arena I e os “Britos” na Arena II, fato que era permitido pela legislação da época, portanto o partido da oposição ao regime era inexistente no município.

Então só fato da criação do MDB no município já seria um grande avanço, coisa que aconteceu depois do retorno do multipartidarismo em 1979, apesar de que um pouco antes deste acontecimento algumas pessoas tentaram criar o partido no município, mas esbarraram em alguns empecilhos burocráticos. O PMDB foi criado basicamente por forças dissidentes do grupo dos “Britos” e por alguns jovens que começavam a se engajar na política partidária. Nas eleições de 1982, o PMDB lançou três candidatos, através das sublegendas, enquanto que os grupos “Gaudêncio” e “Brito” se uniram numa chapa única, agora no PDS, partido de situação do regime militar, fato

⁴ Edvaldo Nunes da Silva, conhecido como Cajá, era um dos coordenadores das Pastorais no Recife e de forma clandestina, um dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Foi preso no Recife e na prisão passou uns bilhetes dando orientações a militância de seu Partido, esse material foi apreendido pela polícia, expondo assim sua vinculação com o Partido clandestino.

⁵ Sobre a trajetória política destas duas oligarquias Ver. QUEIROZ, Evaldo Gonçalves de. Parlamento e Cariris Velhos: a vez do diálogo. In **História e debate na Assembléia Legislativa**. João Pessoa: A União, 2002. p. 435-479, Vol. II e MOREIRA, Márcio Macedo. **Uma História da emancipação de Serra Branca (1947-1960)**. Monografia de conclusão do Curso de História. UFPB/DH, mimeog. João Pessoa: 2009.

inédito na política do município, mas já reflexo do surgimento de uma nova força política. O três candidatos do PMDB, juntos, obtiveram em torno de um terço dos votos, mas apesar do relativo insucesso eleitoral elegeram dois vereadores que passaram a ter um papel bastante ativo na Câmara de Vereadores.

Se a criação do PMDB representou uma mudança no cenário político e social do município outro acontecimento será importante para mudanças mais substanciais no município, a criação da Associação Universitária de Serra Branca (ASUSB) em 1985. Segundo seu primeiro presidente e futuro prefeito do município pelo PT, Luiz José Mamede, o Zizo, a idéia de criação da entidade surgiu num momento de descontração, mas com o objetivo de fazer intervenção política no município.

Eu lembro muito, assim, a 1ª vez que a gente falou na criação de uma Associação Universitária como instrumento de luta, como instrumento para construir uma outra consciência, aqui, a gente tava bebendo, lá no bar Beira Rio, tava eu, Paulo Giovani, Gilvan Braz Macedo, Zé Heleno, Luiz Lima e Ribamar Villar. Nós seis estávamos lá, num domingo de manhã, tomando um aperitivo e falando sobre a política de Serra Branca, e eu lembro muito bem da sugestão de Luiz Lima, aliás, de Gilvan Braz, perguntando por que é que a gente não criava uma Associação Universitária aqui pra articular os universitários, e pra debater as questões políticas do Brasil, do mundo, de Serra Branca, enfim. Me lembro muito bem da fala dele com toda aquela arrogância dele, dando ordem na gente que a gente tinha que fazer e tal, e a Associação Universitária surgiu a partir daquela reunião, inclusive assim, no primeiro, no primeiro TE TOCA, eu fiz um artigo: “Mesa de Bar”, pra contar como, como numa conversa num lugar público, a gente não esperava nunca que surgisse uma idéia dessa, é surgiu o embrião ali, nós éramos todos universitários, na verdade três dos seis eram os universitários, eu, Luiz Lima e Paulo Giovani. Luiz Lima já tava até no curso de Direito já era formado em Engenharia, já era maduro. Lembro muito bem da [...] de Zé Heleno por que no tempo de estudante de José Heleno ele falava com isso aqui, mais era praticamente sozinho, era tentando fazer alguma agitação aqui e tal, e a partir daí surgiu a Associação Universitária em 1985, em outubro de 1985. A Associação Universitária já surgiu extremamente combativa, em 1986 nós fizemos a 1ª Semana Universitária, eram nove dias de muita festa. (Entrevista concedida ao projeto de “História Local” da UFPB, em 10/05/2008)

Fundada a Associação e eleita a sua primeira diretoria, a primeira ação concreta da mesma foi lutar para conseguir um ônibus junto a Prefeitura Municipal para levar os estudantes do município para a Universidade onde eles estudavam, principalmente em Campina Grande e em Arcoverde, município do estado de Pernambuco, pleito que

obteve sucesso. Depois desta atividade de caráter mais corporativo, se iniciou um trabalho mais amplo com a organização das Semanas Universitárias. Estes eventos, feito anualmente, passaram a mobilizar bastante a população do município, pois os mesmos envolviam boa parte da mesma. Eram promovidas palestras sobre temas diversos, com especialistas de várias áreas, vindos principalmente das universidades públicas; eventos culturais como festivais de violeiros, que envolviam, inclusive, muitas pessoas da zona rural do município; cinema, teatro, música popular, festas dançantes, festival de rock, festival de chopp; eventos esportivos, que incluíam além do tradicional futebol, campeonatos de sinuca, de baralho, motocros, corrida de jegue, atletismo, etc.

Os primeiros eventos tiveram o apoio do poder público municipal, que deu todo apoio logístico, mas logo passou a ser cobrada uma contrapartida em nível eleitoral, fato que levou um rompimento da direção da ASUSB com a prefeitura, e partir daí a entidade teve de buscar outras formas de financiamento para os eventos. Estes fatos também levaram a rupturas dentro da própria entidade, acusada de partidarização. Segundo um dos membros da entidade, e futuro vereador Carlos Kleber:

A ASUSB no princípio quando foi pra gente fundar, a idéia principal foi que era apolítica que não tinha partido político. Me surpreendi que na primeira eleição depois da fundação da ASUSB já saíram em torno de cinco candidatos, saiu Luís Lima prefeito, o presidente que era Paulo Giovani a vice, saiu Ednaldo candidato a vereador, Gilvan Brás, enfim, notei que ali estavam se formando, não era só uma associação universitária e sim um partido político que depois disso foi fundado o PT que toda base fazia parte, como faz até hoje, da ASUSB. E eu notei ali que era um partido político porque a idéia principal era um combate aos grupos tradicionais que na época eram os Gaudências e tinha Juarez no governo, que era o prefeito. É tanto que na época que a gente fazia, pedindo apoio aos políticos, não era pra sair nome de político e na época, Juarez, inteligentemente, viu que o movimento tava crescendo e bancou toda uma semana universitária. Isso a gente achou ruim porque queria se fazer independente e se proibia o nome de político, mas quando o candidato a prefeito terminou sendo Luís Lima, no convite já botou o nome dele na capa, isso foi uma polêmica que deu porque dali a gente viu que era tendenciosa, pelo menos a intenção de se fundar um partido, o PT. Quando se fundou o PT, eu já não estava mais acompanhado, estava na associação, mas não entrei na militância do PT, porque não ia com minha ideologia. Mas a ASUSB foi criada através disso e o PT foi criado através da ASUSB. (Entrevista concedida ao projeto de “História Local” da UFPB, em 10/05/2008).

Apesar das divergências estes grupos continuam convivendo dentro da entidade. Uma corrente mais a esquerda, outra com uma visão mais “apolítica” e outros com claros vínculos com os grupos mais tradicionais da política local, sendo que o setor mais a “esquerda” era hegemônico e era quem de fato dava as diretrizes da Associação e a conduzia nas atividades do dia-a-dia. Como afirma mais uma vez Carlos Kleber:

Nós continuamos fazendo a semana universitária, mesmo sabendo da tendência que tava se tomando, a única forma de combater era ficando na associação. Mas com o tempo ela foi ficando cada vez mais tendenciosa e se tornou um grupo de oposição dentro da própria associação, os que eram tendenciosos ao PT acompanhavam a associação e os outros foram ficando e com isso foi se acabando a associação como acabou-se hoje. Fortaleceu o PT e acabou a associação. (Entrevista concedida ao projeto de “História Local” da UFPB, em 10/05/2008).

Além das semanas universitárias que eram realizadas anualmente, a ASUSB tinha uma vida orgânica bastante ativa: organizou e mantinha uma pequena biblioteca para empréstimos aos moradores da cidade; tinha um jornal mensal intitulado “TE TOCA”, onde publicava entrevistas e artigos diversos e divulgava os recursos recebidos mensalmente pelo município e cobrava a aplicação dos recursos. A entidade também realizou com muito sucesso mutirões para reformas ou construções de casas de moradores necessitados, onde eram convidados pedreiros da cidade para trabalhar de forma gratuita no domingo e os estudantes trabalhavam de ajudante de pedreiros, depois era realizada uma feijoada de confraternização, regada a cachaça. Esta atividade tinha uma boa receptividade dos moradores, e gerava comentários do tipo: “o mundo está mesmo mudado, a gente vê um bocado de ‘doutores’ traçando massa para pedreiros”. A ASUSB também se envolveu em questões sociais como o apoio que deu na organização e condução da primeira greve da história dos funcionários públicos de Serra Branca, em 1989. Segundo Zizo, dirigente da entidade:

Foi em 1989 a 1ª greve, também foi a única greve que teve. A ASUSB foi quem inflamou o pessoal a fazer uma greve. Primeiro a gente conseguiu um carrinho de som, pra fazer uma barulheira no dia da feira, dizendo que os funcionários tavam passando fome, que a gente tava ali pra coletar alimento para os funcionários, imagina o choque que foi na cidade: falar de fome e fazer greve e ir pra feira, fazer uma peça teatral inspirada na Escolinha do Professor Raimundo. E essa greve foi um fato histórico na cidade, por que aqui no Cariri nunca tinha acontecido uma greve, foi a primeira manifestação vultosa. E os funcionários vieram pra frente da Prefeitura, a rua principal foi tomada, por

curiosos mas também por estudantes, a gente invadiu a Câmara várias vezes, nas sessões da Câmara, a polícia vinha e levava a gente pra cadeia. Bom, a Associação Universitária conseguiu muito pra luta dos servidores municipais e participamos da luta diretamente com eles. (Entrevista concedida ao projeto de “História Local” da UFPB, em 10/05/2008).

O papel da ASUSB na organização do Sindicato dos Funcionários do município e na construção dessa primeira greve e confirmada pela primeira presidenta do Sindicato, Rosa Vilar:

Hum... É... Surgiu da *manifestação* ao Prefeito Tião na época, o salário da gente baixíssimo, salários atrasados, então os funcionários todos revoltosos, todos revoltados e entre eles surgiu um grupo e de que... É. Faria um movimento. Na época tinha a Associação Universitária que já fazia algum movimento e que a gente pediu apoio. E junto com a Associação dos Universitários e que já todo mundo já estudou fora né? Todo mundo já com outra cabeça e que já fazia o movimento na época, então deu apoio e a gente foi se organizando né? Primeiro. É. Foi fundada a Associação... hum. E com seis meses depois a gente passou pra Sindicato. (Entrevista concedida ao projeto de “História Local” da UFPB, em 10/05/2008).

Então esses “novos sujeitos”, ao entrarem em cena na política de Serra Branca, irão contribuir bastante para mudarem a forma de fazer política no município, e para acabar com a dicotomia dos grupos políticos tradicionais, representado pelas famílias Gaudêncio e Brito, apesar destes continuarem tendo bastante representatividade no município. A ala esquerda da Associação é quem irá fundar o Partido dos Trabalhadores no município, que apesar de condições bastante adversas⁶, se transformará numa força política local, chegando inclusive a eleger o prefeito da cidade no ano de 2004. Segundo Zizo, ex-presidente da Associação e ex-prefeito a influência desta na criação do partido foi muito grande:

O PT ele, surgiu aqui, na verdade o PSB surgiu primeiro e depois o PT surgiu muito por influência da Associação Universitária. Nós não fazíamos movimento estudantil em Campina Grande ou em João Pessoa, nosso movimento estudantil dos universitários era aqui em Serra Branca também envolvendo estudantes

⁶ O Partido dos Trabalhadores, apesar de nunca ter se transformado numa grande força da política estadual, teve um crescimento eleitoral constante, principalmente na capital e em outras cidades mais desenvolvidas do estado, mas seu crescimento numa cidade como Serra Branca era uma exceção pelo menos até a eleição de Lula em 2002, quando devido provavelmente aos programas sociais o partido tornou-se uma força nos “grotões”.

secundaristas. O da ASUSB, do Sindicato dos Servidores Municipais, lembro que surgiram alguns trabalhos mais engajados nas bases da Igreja Católica, e também, o PSB depois o Partido dos Trabalhadores. A ASUSB na verdade, muitas vezes fazia o papel de um partido político, essa é a realidade. Fazia uma forte oposição aos grupos políticos locais, fazia um trabalho ostensivo de crítica às práticas políticas locais, claro; a gente vivia num determinado contexto de tentar falar as pessoas sobre o marxismo, por exemplo; eu lembro que um dos, numa das edições dos jornais TE TOCA, na verdade são várias edições, eu fiz um texto sobre o marxismo, coisa que é difícil da gente entender, imagina o povo entender. Na verdade a ASUSB era muito combativa assim, ia pra Câmara dos Vereadores a gente ia com a [...] pra cima dos vereadores, os caras chamavam a polícia, a gente ajudava os funcionários da Prefeitura a fazer greve a ir pro meio da rua fazer teatro no meio da rua, passeata, ajudamos a organizar a passeata da lata vazia, um ano de muita seca... Então a ASUSB ela, ela precedeu o PT.

O PT em Serra Branca foi fundado em 1989, tendo como base essa militância da Associação Universitária e logo se transformou numa força eleitoral no município, disputando com reais condições de vitória as eleições de 1992, 1996 e 2000. Também sempre elegendo uma bancada para Câmara Municipal bastante atuante, o que fortalecia ainda mais o partido. Finalmente o partido conseguiu ganhar as eleições no município no ano de 2004, elegendo o primeiro presidente da ASUSB, Luiz José Mamede, o Zizo para prefeito, mas desta vez aliada com os grupos tradicionais, já que foi celebrada uma aliança com o deputado estadual do PSDB, Pedro Medeiros, o atual representante da família Brito na região do Cariri.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e Conflito** - Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: **Dados**. V. 40 N. 2. Rio de Janeiro: 1997, p. 229-250.
- GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O Capitalismo Selvagem e o Conflito da Grande Alagamar, Cadernos de Estudos Regionais: Conflito Social no Campo, João Pessoa, UFPB/NDIHR, 1981.
- MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo**. (História de Uma Eleição Indireta Para Governador). João Pessoa: O Momento, 1978.
- MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: UFPB/Universitária, Vol. I e II, 1997.
- NUNES, Paulo Giovani Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. In: **Saeculum**: Revista de História. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000.
- STEPAN, Afred. (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

